



Ata

13.ª Reunião de Câmara | Ordinária | Pública

19 de abril de 2022, 16:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao décimo nono dia do mês de abril de 2022, pelas 16:00h, na sala de reuniões no 3.º piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a 13.ª reunião de Câmara, ordinária pública.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
4. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
5. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
6. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
7. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
8. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Estiveram ausentes por motivos devidamente justificados, o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho, que foi substituído pela Senhora Vereadora Susana Maria Pereira Junqueira Neto Garrido, e a Senhora Vereadora Sandra Raquel



Vasconcelos Lameiras, que foi substituída pela Senhora Vereadora Maria João Neno Escobar.

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de intervenção do público

Sem inscrições

2. Período antes da ordem do dia

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo-se à situação dos táxis, que já tinha sido vista há uns meses, e que ficaram na altura de dar seguimento. O Senhor Presidente solicitou à Chefe de Unidade de Apoio aos Órgão Autárquicos, Marisa Neves, para acompanhar todo o processo para se poder abrir concurso público. O segundo ponto que o Senhor Vereador apresentou, tinha a ver com o Fundo Maia Imo, relativamente à vende de uns imóveis. O Senhor Vereador queria que o Partido Socialista tivesse acesso a uma cópia das vendas feitas, quem foi, como foi, quando é que foi, e as fichas dos mesmos. Esclareceu o Senhor Vereador que a ficha continha as características do imóvel.

O Senhor Presidente interveio, dando nota que era uma parte de um terreno maior onde, no gavêto, está a Casa do Povo de Vermoim, estando o restante terreno dividido em duas parcelas, uma virada para a Rua D. Sílvia Teixeira, onde estavam previstos uns lotes de moradias, e atrás, à cota mais baixa, a outra que encosta à Fico Cables. Mais referiu o Senhor Presidente que tinha sido esse terreno que foi vendido pelo Fundo Maia Imo, e que era para instalar a nova clínica de hemodiálise dos altos. O Senhor Presidente deu nota que podia solicitar toda essa informação. Prosseguiu o Senhor Presidente referindo que no início da Rua da Fábrica, junto aos Bombeiros de Moreira, a Câmara possui um terreno que tinha uma reserva para passar o viaduto sobre a Linha do Metro e que o restante terreno seria para uma Escola de Formação, que ficava só com dois mil metros quadrados. O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho referiu, que o Fundo Maia Imo mencionava quarenta mil metros, mas provavelmente seria o núcleo todo, até porque chamavam de peça, mas que seria um lapso, em vez de ser um todo era uma parte.

3. Composição dos júris dos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de dirigentes do Departamento Jurídico e Unidades Dependentes



Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 17 802/22

Depois de submetida a discussão e votação foi o “Normativo dos Métodos e Critérios para Recrutamento e Seleção de Dirigentes do município da Maia” e submissão à Assembleia Municipal dos júris dos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de cargos dirigentes para o Departamento Jurídico e Unidades Dependentes, com a composição enunciada na proposta, **aprovada por unanimidade**.

4. 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2022/2026 (Plano Plurianual de Investimento e Plano das Atividades Mais Relevantes) e do Orçamento Ordinário para o ano de 2022 dos SMAS

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – Registo n.º 33 448/21

O Senhor Vereador António José Ferreira Peixoto interveio, referindo que estavam em março de 2022, e o Partido Socialista não conseguia perceber as razões para ao fim de três meses, estarem a fazer alterações. Referiu o Senhor Vereador que uma coisa era fazer alterações de concursos públicos internacionais, em que a Câmara não iria abster nem perder a oportunidade desses concursos, e tirar os seus devidos recursos, e as outras alterações eram reforços de rubricas, o que dava a entender que não tinha sido bem pensado quando foi feito o primeiro orçamento. Questionou o Senhor Vereador se havia razão para essas alterações nesta fase, e até podia haver razão para isso, e que estavam a falar em 25% e 50%, e alguns ultrapassavam o valor da verba inicial prevista, ou seja, havia um reforço muito superior aquele que estava previsto em base do orçamento que tinham discutido há dias. O Senhor Presidente interveio, dando nota que tinham ali uma informação elaborada pela Dra. Goreti ao Conselho de Administração que explicava as razões da necessidade desta primeira revisão orçamental. Referiu o Senhor Presidente que em termos gerais quando se fazia um orçamento e previamente um plano de atividades, fazia-se com base objetivamente nos valores que dispunham, mas havia um momento, que era em março ou abril, em que era apurado o saldo da gerência do ano anterior, que, nos SMAS, foi de 2.4 milhões de euros. Mais referiu o Senhor Presidente que havia



dotações definidas, que foram aprovadas com o valor mitigado, porque não havia mais orçamento, ficando á espera desta transição de saldo. Mais referiu o Senhor Presidente que no momento da incorporação do saldo era feita uma alteração ao orçamento para reforçar a dotação desses projetos e, também, para dotar com valores definidos ações que estavam com dotações não definidas. Sendo este o argumento único da revisão orçamental.

Depois de submetida a discussão e votação foi a da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2022/2026 (Plano Plurianual de Investimento e Plano das Atividades Mais Relevantes) e do Orçamento Ordinário para o ano de 2022, **aprovada por maioria**, com a abstenção do Partido Socialista.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual conjugado com o n.º 3 do art.º 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual

5. Alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados da Maia para o ano de 2022

Ofício emanado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – registo n.º 15 291/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados da Maia para o ano de 2022, **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

6. Proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 7621/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, da qual é sócio fundador, e, em consequência, submissão à Assembleia Municipal, **aprovada por unanimidade**.



Apresentação à Assembleia Municipal nos termos das alíneas n) e u) do n.º 1 do art.º 25.º, art.º 108.º e n.º 3 do art.º 109.º todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com o disposto no art.º 33.º, n.º 1 dos Estatutos em vigor publicados no Diário da República, III Série, n.º 130, de 5 de junho de 2001

7. Apoio à aquisição de veículo de transporte - Prorrogação do prazo de vigência do contrato celebrado com o Futebol Clube de Pedras Rubras

Informação emanada pela Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos – registo n.º 28 510/21

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, explicando ao Executivo, que tinha sido aprovado um conjunto de subsídios para o apoio a aquisição de veículos a uma série de coletividades, acontece que na altura o Futebol Clube de Pedras Rubras apresentou o orçamento de um veículo usado, e quando o subsídio foi aprovado, esse veículo já não estava disponível. Entretanto o Futebol Clube de Pedras Rubras procurou no mercado um veículo semelhante dentro do mesmo valor, para manter o apoio da Câmara Municipal e executasse a mesma função. Agora o Futebol Clube de Pedras Rubras tem o veículo referenciado, e encontra-se em condições de receber o subsídio e adquirir a carrinha.

Depois de submetida a discussão e votação foi a prorrogação para 30 de maio do prazo de vigência do contrato celebrado com o Futebol Clube de Pedras Rubras a 23 de dezembro de 2021, bem como a dilação do prazo de apresentação dos documentos de despesa, por forma a permitir o pagamento ao Clube do apoio financeiro, **aprovada por unanimidade.**

8. Processo de desafetação n.º 1190-D/22, em nome de Município da Maia

Depois de submetida a discussão e votação foi a desafetação de terreno sito na Rua do Cavaco, freguesia da Cidade da Maia, com vista à celebração de escritura pública de compra e venda, bem como o deferimento do Auto de Avaliação de uma parcela de terreno com a área de 87,50 m², conforme informação elaborada pela Comissão de Avaliação, **aprovada por unanimidade**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual



9. Maiambiente, E.M. | Renúncia do Presidente do Conselho de Administração e indicação do seu substituto para consequente designação pela Assembleia Geral da Empresa, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto e dos seus Estatutos

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

O Senhor Presidente deu nota que em face da necessidade de recompor o Conselho de Administração da Maiambiente, E.M., e mediante a proposta apresentada, a Dra. Marta Peneda passaria a presidir ao Conselho de Administração, e para o lugar de administrador o Diretor Geral da Maiambiente, E.M., o Eng.º Carlos Mendes.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho questionou quem iria para o lugar de Diretor Geral da Maiambiente, E.M.

O Senhor Presidente respondeu, que ainda não sabia, mas que durante algum tempo, não iria ser nomeado nenhum Diretor Geral.

Após votação por escrutínio secreto, foi aprovada a indicação para preencher o lugar que vagou no Conselho de Administração da Maiambiente, E.M., para consequente designação pela Assembleia Geral, de Joaquim Carlos da Silva Mendes e para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração da Maiambiente, E.M., para consequente designação pela Assembleia Geral, a atual vogal, Marta Moreira de Sá Peneda, com seis votos a favor e cinco votos contra.

10. Pedido de isenção de taxas de licenças para realização de evento de carácter religioso – Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Silva Escura

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 13 781/22

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Silva Escura, **aprovado por unanimidade**

11. Pedido de isenção de taxas de licenças para realização de evento – Procissão – Fábrica da Igreja Paroquial de Gueifães



Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira –
registo n.º 15 026/22

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Gueifães, **aprovado por unanimidade.**

12. Pedido de isenção de taxas de licenças para realização de evento – Procissão – Fábrica da Igreja Paroquial de Pedrouços

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira –
registo n.º 15 060/22

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Pedrouços, **aprovado por unanimidade.**

13. Pedido de isenção de taxas de Dataset Gis de edifícios do concelho da Maia para tese de doutoramento – Mariana Diniz

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira –
registo n.º 3188/22

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado por Mariana Diniz, **aprovado por unanimidade.**

14. Alteração da cláusula oitava, “Vigência”, do Protocolo de Parceria a celebrar com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto, Juntas de Freguesia do Concelho, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia, APPACDM da Maia, ASMAN, Agrupamentos de Centros de Saúde Grande Porto III – Maia/Valongo e Centro Emprego da Maia, no âmbito dos Gabinetes de Atendimento Integrado Local

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 14 536/22

A Senhora Vice-Presidente interveio, dando nota que o protocolo já tinha ido à Câmara, mas entretando como foi adiada à assunção da transferências de competências na área da ação social, teve que ser alterada a cláusula de vigência



que estava por renovação automática, para vigorar até a data em fosse concretizada a transferência de competências no domínio da ação social, que podia ser no dia 01 de junho, como até podia ser antes. Mais referiu a Senhora Vice-Presidente que o protocolo teria que ir novamente à Câmara, que era o que operacionalizava os gabinetes de atendimento integrado local.

Depois de submetida a discussão e votação foi a alteração da cláusula oitava, relativa à “Vigência”, do Protocolo de Parceria a celebrar com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto, Juntas de Freguesia do Concelho, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia, APPACDM da Maia, ASMAN, Agrupamentos de Centros de Saúde Grande Porto III – Maia/Valongo e Centro de Emprego da Maia, no âmbito dos Gabinetes de Atendimento Integrado Local, **aprovada por unanimidade.**

15. Missão Sorrisos de Esperança

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, pela Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Proteção Civil, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n. ° 18 104/22

O Senhor Vereador António José Ferreira Peixoto interveio, referindo que no quadro resumo do fundo maneio apresentado, na página oito, iam as verbas previstas, gastas e montante por realizar. Questionou o Senhor Vereador se estava previsto mais alguma ação, ou se era para cobrir despesas das pessoas que estavam cá.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, referindo que o primeiro quadro dizia respeito a despesas que foram realizadas no âmbito da deslocação à Polónia, que já tinha sido realizado. O Segundo quadro dizia respeito a despesas a realizar no âmbito do ponto dois da proposta, que tinha a previsão de um ano e renovável. Portanto haviam despesas já realizadas, e outras que seriam durante este ano.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que a cláusula a), a deliberava os 21.500,00 € (vinte e um mil e quinhentos euros) com IVA, e na cláusula b) mais 5.000,00 € (cinco mil euros), ou seja, os dois quadros deveriam estar num só.



A Senhora Vice-Presidente deu nota que os 5.000,00 € (cinco mil euros), foram em dinheiro, que foi para fundo maneio.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho respondeu que sim, mas segundo o que estava na proposta eram os 21.500,00 € (vinte e um mil e quinhentos euros) mais 5.000,00 € (cinco mil euros).

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro deu nota, que os 21.500,00 € (vinte e um mil e quinhentos euros) eram o total, e os 5.000,00 € (cinco mil euros) queram o fundo e estando dentro dos 21.500,00 € (vinte e um mil e quinhentos euros), obrigava a uma aprovação específica da Câmara Municipal.

Depois de submetida a discussão e votação foi a Ratificação da Missão “Sorrisos de Esperança”, e as respostas que a integram, bem como, a execução de despesa até ao montante máximo de 21 500,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, conforme quantificação financeira constante desta proposta, as quais serão oportunamente encaminhadas para a Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e Património, tendo em vista a prossecução dos respetivos processos aquisitivos de acordo com os procedimentos previstos nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de junho, na sua redação atual e a ratificação da constituição de fundo de maneio para a Missão no montante de 5 000,00 €, a favor do Senhor Vereador Doutor Mário Nuno Neves, nos termos do disposto no ponto 2.9.10.1.11. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, não revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), conforme dispõe o seu artigo 17.º - Norma Revogatória, **aprovada por unanimidade.**

16. Deliberação tomada na 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia

Ofício emanado da Assembleia Municipal da Maia – registo n.º 17 779/22

A Câmara **tomou conhecimento**, da informação prestada.

17. Resumo Diário da Tesouraria

Informação emanada do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 18 263/22



A Câmara **tomou conhecimento**, da informação prestada.

18. Despacho n.º 20/2022 – Vereadores a Tempo Inteiro e Pelouros

A Câmara **tomou conhecimento**, da informação prestada.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 17:39h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por oito (8) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 19 de abril de 2022